ou a reclamar a qualquer título, relativamente ao contrato 18.241-2 ora encerrado, outorgando-se reciprocamente, plena, geral e irrevogável quitação em relação a quaisquer direitos e obrigações oriundas do aludido Contrato, inclusive devolução da garantia, sem prejuízo das remanescentes responsabilidades da contratada, derivadas do contrato e da lei, ficando ainda ressalvado o direito de regresso da Contratante pelo pagamento de eventuais importâncias que lhe sejam reclamadas, nas esferas civil, tributária, trabalhista e previdenciária e cuja responsabilidade, por disposição contratual ou legal, seja da Contratada.

Extrato de TE
DERSP-PRC-2023/03951 – CONTRATANTE: DER/SP – CONTRATO 15.808-2 – CONTRATADA: CBEMI-CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA. – TERMO DE ENCERRAMENTO UNILATERAL 136 – DATA: 23.05.23 – OBJETO: Execução das obras e serviços de recuperação da SP-270, Rodovia Raposo Tavares, trecho entre Piraju ao entroncamento com a SP-327, do km322,948 ao km381,703, com extensão total de 58,755km, sob jurisdição da Divisão Regional de Assis/DR.7, compreendendo o Lote 5, trecho do km373,220 ao km381,703, com 8,483km de extensão. Edital nº 052/08-CO. – FINALIDADE: Encerramento do contrato 15.808-2, firmado em 30.09.08. – MANIFESTAÇÃO JURÍDICA: Parecer Referencial CJ/DER 237 de 09.05.23. – AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO do Superintendente em 18.05.23, às fls. 112/113 do processo. – VALOR FINAL DO CONTRATO: R\$ 30.039.416,85 – REAJUSTAMENTO: Conforme Boletim Demonstrativo às fls. 51/52 do processo, no valor de R\$ 1.245.554,28. – ANULAÇÃO: Do saldo dos serviços não utilizado, conforme Boletim Demonstrativo, no valor de R\$ (1.588,50). – GARANTIA: A caução depositada como garantia para execução contratual, no valor de R\$ 1.439.772,55, foi devolvida, conforme apontado no Boletim Demonstrativo. – PRAZO: O prazo para a execução das obras e serviços, objeto do presente contrato, foi de 13 meses, a contar da 1ª Nota de Serviço datada de 09.10.08, sendo encerrado em 09.11.09.

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DA PROCURADORA GERAL

Despacho da Procuradoria Geral do Estado, de 29-5-2023

PROCESSO: 18577-3570/2022
 INTERESSADO: CORREGEDORIA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 ASSUNTO: SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA
 À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, destacando-se o Relatório Final apresentado pelo Senhor Corregedor Auxiliar (fls. 61/65), aprovado pelo Senhor Corregedor Geral (fls. 66), absolvo, por atipicidade, em virtude da revogação expressa do Decreto nº 66.421, de 3 de janeiro de 2022, pelo Decreto nº 67.490, de 14 de fevereiro de 2023, MARINA FERNANDES FLORES HELDT, RG 20.264.587-5, ex-Procuradora do Estado.

PROCURADORIA FISCAL

GABINETE DA PROCURADORIA FISCAL

Portaria da Procuradora do Estado, respondendo pelo expediente, de 30/05/2023.
TORNANDO SEM EFEITO:
 A portaria publicada no DO. de 29/04/2023, na parte que credencio como estagiário, o estudante de Direito: ROGÉRIO FÉLIX DA SILVA - RG. 24.431.795-1.(Portaria GPF-25/2023);
 A portaria publicada no DO. de 12/05/2023, na parte que credencio como estagiário, os estudantes de Direito: VITOR DOMINGUES SALLUM - RG. 39.540.271-2, MARIA PRICE TAVARES - RG. 3.803.663, JACQUELINE INGRID CÂNDIDO SANTOS - RG. 49.664.135-9.(Portaria GPF-26/2023).
CANCELANDO:
 Com fundamento no artigo 12, inciso III, do Decreto 56.013 de 15/07/2010, alterado pelo Decreto 67.033, de 11/08/2022, a partir de 16/05/2023, a credencial de estágio do estudante de Direito, LUCAS PALAZZO OLIVEIRA, RG. 62.427.988-1.(Portaria 27/2023);
 Com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013 de 15/07/2010, alterado pelo Decreto 67.033, de 11/08/2022, a partir de 18/05/2023, a credencial de estágio do estudante de Direito, VAGNER CAVALCANTI, RG. 28.364.7800-0. (Portaria 28/2023).

ÁREA DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL

Portaria SubG-CTF nº 03, de 30 de maio de 2023.
 Disciplina o oferecimento e a aceitação do seguro garantia e da fiança bancária para créditos tributários e não tributários, inscritos e não inscritos na Dívida Ativa.
 O Subprocurador Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º, II, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, nos artigos 835, §2º e 848, parágrafo único, do Código de Processo Civil, bem como os termos do Decreto-Lei Federal nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei Complementar Federal nº 126, de 15 de janeiro de 2007, da Lei Federal nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e da Resolução CMN Nº 2.325, de 30 de outubro de 1996;
CONSIDERANDO os termos do artigo 20, I da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015;
CONSIDERANDO os termos do artigo 73 da Resolução PGE nº 44, de 29 de novembro de 2019, na redação da Resolução PGE nº 21, de 29 de maio de 2023;
CONSIDERANDO a necessidade de uniformização dos critérios e requisitos para aceitação das garantias nos processos judiciais acompanhados pelo Contencioso Tributário-Fiscal,
RESOLVE:

Artigo 1º - O seguro garantia é instrumento hábil para garantir judicialmente os débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo, observadas as regras e critérios estabelecidos pela Circular da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP nº 662/2022.

§ 1º - A apresentação de seguro garantia pelo devedor não suspenderá a exigibilidade do crédito tributário e apenas autorizará, se integral, a obtenção de certidão de regularidade fiscal, enquanto vigente a apólice.

§ 2º - Excepcionalmente, o seguro garantia poderá ser utilizado administrativamente para garantia de débito transacionado ou objeto de negócio jurídico processual.

Artigo 2º - A aceitação do seguro garantia é de que trata o art. 1º desta Portaria, prestado por seguradora idônea e devidamente autorizada a operar no Brasil, nos termos da legislação vigente, fica condicionada à observância dos seguintes requisitos, que deverão constar expressamente nas cláusulas do respectivo contrato:

I - valor segurado suficiente para cobertura do montante inscrito ou não inscrito na dívida ativa, incluídos os acréscimos legais e honorários advocatícios, se devidos, atualizado até a data da emissão da apólice;

II - cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito inscrito ou não inscrito na dívida ativa do Estado de São Paulo, não podendo a indicação de um limite máximo ensejar a exclusão de cobertura da atualização do valor segurado;

III - indicação do ente representado pela Procuradoria Geral do Estado como beneficiário segurado;

IV - referência ao número do processo judicial e ao número da inscrição em dívida ativa do débito objeto da garantia e, tratando-se de ação antiexacional relativa a débito não inscrito, ao número do auto de infração e imposição de multa ou outra referência que permita identificar o débito segurado;

V - compromisso de que o seguro oferecido em garantia de débito não inscrito e/ou não ajuizado se estenderá, independentemente de endosso, à futura execução fiscal;

VI - renúncia aos termos do art. 763 do Código Civil e do art. 12 do Decreto-Lei Federal nº 73/1966, com a consignação, nos termos estatuídos no § 1º do art. 16 da Circular SUSEP nº 662/2022, de que "A apólice continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas";

VII - a apólice deverá ter vigência até a extinção das obrigações do tomador, ressalvado o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo;

VIII - previsão das situações caracterizadoras da ocorrência de sinistro, nos termos do disposto no § 3º deste artigo;

IX - previsão de que a empresa seguradora, por ocasião do pagamento da indenização, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput e no inciso II do art. 19 da Lei de Execuções Fiscais;

X - previsão de que, na hipótese do tomador aderir a parcelamento do débito objeto do seguro garantia, a empresa seguradora não estará isenta de responsabilidade em relação à apólice;

XI - endereço e qualificação completa da seguradora ou, se for o caso, da resseguradora;

XII - endereço eletrônico da seguradora ou, se for o caso, da resseguradora, anuindo com a sua utilização para o recebimento de intimações judiciais;

XIII - eleição da comarca do Estado de São Paulo em que tramita a ação, ou, se ainda não ajuizada, da comarca com jurisdição para a cobrança executiva do débito inscrito em dívida ativa, para dirimir questões entre segurador e a empresa seguradora.

§ 1º - Alternativamente ao disposto no inciso VII deste artigo, o prazo de validade do seguro-garantia poderá ser de, no mínimo, 3 (três) anos, desde que cláusula contratual estabeleça a obrigatoriedade de a empresa seguradora efetuar o depósito integral do valor segurado em juízo, em até 15 (quinze) dias a contar da sua intimação, se o tomador não adotar, antes do vencimento da garantia e de modo a evitar a solução de continuidade, uma das seguintes providências:

I - proceder ao depósito integral do valor segurado em dinheiro;

II - apresentar nova apólice de seguro garantia que atenda aos requisitos desta Portaria;

III - oferecer carta fiança que atenda aos requisitos desta Portaria.

§ 2º - Para impulsionar a renovação da garantia, prevista no parágrafo anterior, a Procuradoria da Dívida Ativa - PDA poderá notificar administrativamente o tomador que possuir endereço eletrônico cadastrado no sistema da dívida ativa – SDA, nos 60 (sessenta) dias que antecedem ao vencimento do seguro.

§ 3º - Caracteriza-se a ocorrência de sinistro de que se trata o inciso VIII do "caput" deste artigo:

I - o não pagamento, pelo tomador, quando determinado pelo juízo, do valor do objeto da garantia, independentemente do trânsito em julgado ou de qualquer outra ação que discuta o débito, após o recebimento dos embargos à execução ou apelação, sem efeito suspensivo;

II - a não renovação do seguro garantia pelo tomador, no prazo estabelecido no §1º deste artigo, ainda que o débito seja objeto de parcelamento;

III - o rompimento do parcelamento por inadimplemento das obrigações assumidas no Termo de Acordo de Parcelamento.

§ 4º - Ciente da ocorrência do sinistro, o Procurador do Estado deverá requerer, em petição fundamentada ao Juízo, a intimação da seguradora ou, se for o caso, da resseguradora, preferencialmente pelo endereço eletrônico indicado na apólice, para que efetue o pagamento da dívida garantida, devidamente atualizada, em 15 (quinze) dias, sob pena de contra a seguradora prosseguir a execução nos próprios autos, conforme o disposto no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§ 5º - É vedada a previsão, no contrato de seguro garantia, de cláusula, específica ou genérica, de desobrigação decorrente de atos exclusivos do tomador, da seguradora ou, se for o caso, da resseguradora, ou de todos.
 § 6º - É vedada a previsão, no contrato de seguro garantia, de cláusula compromissória de arbitragem para dirimir questões entre o segurado e a empresa seguradora.

Artigo 3º - Por ocasião do oferecimento do seguro garantia, o tomador deverá apresentar, nos autos judiciais, a seguinte documentação:

I - apólice do seguro garantia;

II - certidão de regularidade perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguradora e, quando for o caso, da resseguradora, bem como dos seus respectivos administradores;

III - comprovação de registro da apólice junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

IV - comprovação de poderes do tomador para atendimento das exigências previstas no art. 2º desta Portaria.

Parágrafo único - A Procuradoria Geral do Estado deverá conferir a validade da apólice no sítio eletrônico da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP antes da aceitação da garantia nos autos judiciais (https://www2.susep.gov.br/safe/apolices/app/garantia).

Artigo 4º - A seguradora poderá efetuar a colocação do excedente de seu limite de retenção em empresas resseguradoras, observadas as exigências legais e regulamentares, conforme disposto no artigo 4º e seguintes da Resolução CNSP nº 451/2022 e nos termos da Lei Complementar Federal nº 126, de 15 de janeiro de 2007.

§ 1º - Quando o valor segurado exceder a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ainda que esse valor esteja compreendido no limite de retenção estabelecido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a seguradora, será exigida a contratação de resseguro, que se dará nos termos da legislação de regência.

§ 2º - Na hipótese da contratação de resseguro, os contratos deverão conter cláusula expressa indicando que o pagamento da indenização correspondente ao resseguro, no caso de insolvência, liquidação ou falência da seguradora, será feito diretamente ao segurado, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 126, de 15 de janeiro de 2007.

Artigo 5º - Após a aceitação do seguro garantia, sua substituição deverá ser imediatamente requerida nos autos judiciais caso deixe de satisfazer os critérios e requisitos estabelecidos nesta Portaria, observada a ordem preferencial prevista na legislação de regência.

Artigo 6º - A carta de fiança bancária é instrumento hábil para garantir débitos inscritos ou não inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo e que são objeto de ações antiexacionais, cautelares ou de execuções fiscais.

Parágrafo único - A apresentação de carta de fiança bancária pelo devedor não suspenderá a exigibilidade do crédito tributário, apenas autorizará, se integral e enquanto vigente, a obtenção de certidão de regularidade fiscal.

Artigo 7º - A carta de fiança bancária deverá conter, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - valor afluado suficiente para cobertura do montante inscrito ou não inscrito na dívida ativa, incluídos os acréscimos legais e honorários advocatícios, se devidos, atualizado até a data em que for prestada a garantia;

II - cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito inscrito ou não inscrito na dívida ativa do Estado de São Paulo;

III - indicação do ente representado pela Procuradoria Geral do Estado como beneficiário afluado;

IV - referência ao número do processo judicial e ao número da inscrição na dívida ativa do débito objeto da garantia e, tratando-se de ação antiexacional relativa a débito não inscrito, ao número do auto de infração e imposição de multa ou outra referência que permita identificar o débito objeto da fiança;

V - compromisso de que a carta fiança bancária oferecida em garantia de débito não inscrito ou inscrito e não ajuizado se estenderá, independente de endosso, à futura execução fiscal;

VI - cláusula de renúncia ao benefício de ordem instituído pelo parágrafo único do artigo 827 do Código Civil;

VII - cláusula estabelecendo prazo de validade até que ocorra a extinção das obrigações do afluado devedor, devendo constar, neste caso, expressa renúncia aos termos do artigo 835 do Código Civil;

VIII - cláusula de renúncia, por parte da instituição financeira fiadora, do estipulado no inciso I do artigo 838 do Código Civil;

IX - declaração da instituição financeira de que a carta fiança bancária é concedida em conformidade com o disposto no artigo 34 da Lei Federal nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com redação dada pela Lei Federal nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, e também nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 30 de outubro de 1996;

X - previsão de que, na hipótese de adesão a parcelamento do débito afluado, a fiadora não estará isenta de responsabilidade em relação à carta de fiança bancária;

XI - endereço eletrônico da fiadora, anuindo com a sua utilização para o recebimento de intimações judiciais;

XII - cláusula com a eleição da comarca do Estado de São Paulo em que tramita a ação, ou, se ainda não ajuizada, da comarca com jurisdição para a cobrança executiva do débito inscrito em dívida ativa, para dirimir questões entre fiadora e credor, no que diz respeito à carta de fiança bancária

§ 1º - O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas neste artigo.

§ 2º - A carta de fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria.

§ 3º - A Procuradoria Geral do Estado deverá conferir a idoneidade da instituição financeira e a respectiva autorização para funcionamento no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil antes da aceitação da garantia nos autos judiciais (https://www3.bcb.gov.br/certiaut/emissao/emissao).

Artigo 8º - Após a aceitação da carta de fiança bancária, sua substituição deverá ser imediatamente requerida nos autos judiciais caso deixe de satisfazer os critérios e requisitos estabelecidos nesta Portaria, observada a ordem preferencial prevista na legislação de regência.

Artigo 9º - Nos casos em que o seguro garantia ou a carta de fiança bancária estejam ofertados em ação antiexacional ou cautelar, o Procurador do Estado oficiente deverá solicitar a inscrição do débito em Dívida Ativa ao órgão de origem, se ainda não inscrito, e o ajuizamento prioritário da execução fiscal.

§ 1º - O Procurador do Estado oficiente deverá solicitar a transferência da garantia ou da carta de fiança assim que ajuizada a execução fiscal.

§ 2 - Após o ajuizamento da execução fiscal, caso o valor da garantia deixe de ser integral, o contribuinte deverá ser notificado para a devida complementação.

Artigo 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em sentido contrário.

CENTRO DE ESTUDOS

COMUNICADO

O Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, dando cumprimento ao decidido pela Procuradoria Geral do Estado no processo 023.00000560/2023-18/PGE-PRC-2023/00746 (Resolução PGE nº 06, de 12-05-2015), comunica que foram deferidos, deferidos parcialmente ou indeferidos, conforme quadro abaixo, os pedidos de ajuda financeira do programa Pró-Software referente a produtos adquiridos no mês de fevereiro de 2023, e que, a seguir, serão efetuados os depósitos nas contas correntes respectivas dos Procuradores do Estado.

Procurador Vlr. Auxílio
 BRUNO MACIEL DOS SANTOS R\$ 359,00
 CARLOS MARTINS TAVELIN R\$ 359,00
 CLAUDIA REGINA VILARES R\$ 79,90
 DANIELA D ANDREA VAZ FERREIRA R\$ 0,00
 DEBORA STIPKOVIC ARAUJO R\$ 0,00
 EMANUELA SOUSA RODRIGUES FORTES R\$ 359,00
 FERNANDA LUZIA FREIRE SERUR R\$ 359,00
 FRANCIMAR SOARES DA SILVA JUNIOR R\$ 359,00
 ILANNA SOFIA SANTOS SOEIRO SILVA R\$ 359,00
 JESSICA HELENA ROCHA VIEIRA COUTO R\$ 102,90
 JULIANA CAMPOLINA REBELO HORTA R\$ 359,00
 LEONARDO CASTRO DE SA VINTENA R\$ 99,00
 MAICO HENTZ R\$ 198,67
 MARCIA AMINO R\$ 359,00
 MATEUS ALVES NASCIMENTO R\$ 359,00
 RENAN RAULINO SANTIAGO R\$ 359,00
 TALITA LEIXAS RANGEL R\$ 359,00
 VALERIA CRISTINA FARIAS R\$ 459,90
 VALERIA CRISTINA FARIAS R\$ 359,00

COMUNICADO

O Procurador do Estado respondendo pelo expediente do Centro de Estudos. Escola Superior da PGE COMUNICA aos Procuradores, Servidores da PGE e demais Servidores do Estado de São Paulo, que estão abertas inscrições para participar do curso Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e Educação Especial, a ser realizado na modalidade telepresencial via plataforma Microsoft Teams, conforme programação:

PROGRAMAÇÃO
 Data: 07/07
 Horário: 10h às 12h
 Curso: Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e Educação Especial
 Abertura: Raphael Franco Del Duca - Procurador do Estado

- Centro de Estudos
 Palestra: Panorama Geral do Plano Estadual Integrado (Decreto nº 67.634/2023)

Palestrante: Arilson Garcia Gil – Procurador do Estado
 Palestra: Mesa de debates sobre o Plano Estadual Integrado (Decreto nº 67.634/2023) e a Educação Especial (Decreto nº 67.635/2023)

Palestrantes: Claudia Mara Arantes da Silva e Nara Cibele Neves Morgado – Procuradoras do Estado
 Debatedor: Raphael Franco Del Duca - Procurador do Estado

- Centro de Estudos
 O curso será realizado no dia 07 de julho de 2023, das 10h às 12h, e são disponibilizadas 200 (duzentas) vagas via plataforma Microsoft-Teams.

Os pedidos de inscrição deverão ser encaminhados ao Serviço de Aperfeiçoamento do CE, até o dia 06 de julho de 2023, às 14h, por meio do sistema informatizado, acessível na área restrita do site da ESPGE/SP, Consulta Cursos.

LINK DO SITE: https://www.pge.sp.gov.br/ESPEGE_2016/Resrito/homeRestritoESPEGE.aspx

O convite para participar do Curso pelo Microsoft-Teams será enviado por e-mail após término das inscrições.

Nos termos do inciso IV, art. 4º, da Resolução PGE 23/2020 e do art. 7º, inciso IV, da Resolução PGE 24/2020, não haverá pagamento de diárias e nem reembolso de transporte.

Transportes Metropolitanos

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução STM-27, de 23 05 2023

Autoriza o Consórcio Internorte de Transportes, concessionário da Área 3, da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, a praticar tarifas reduzidas nas Linhas Seletivas Especiais Expressas Guarulhos.

O Secretário dos Transportes Metropolitanos, com fundamento no Decreto 49.752, de 04 de julho de 2005,

Considerando as solicitações do Consórcio Internorte de Transportes, carta INT 69/2023, propondo redução da tarifa nas linhas que atendem ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, no Sistema Airport Bus Service;

Considerando o Estudo Técnico elaborado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, disposto nas IT-DMQ-057/2023, bem como a Informação Técnica da Coordenadoria de Transporte Coletivo – CTC 165/2023;

Considerando, por fim, o artigo 37 do Decreto nº 24.675, de 30 de janeiro de 1986, que atribui competência à STM para reduzir tarifa, a requerimento da empresa operadora, desde que a redução não importe em prejuízos às demais empresas operadoras.

Resolve:

Artigo 1º - Autorizar o Consórcio Internorte de Transportes, concessionário da Área 3 da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, a praticar tarifas reduzidas nas Linhas Seletivas Especiais Expressas, E-258TRO-000-R, Guarulhos (Aeroporto Internacional de Guarulhos) – São Paulo (Aeroporto Internacional de Congonhas), E-316TRO-000-R, Guarulhos (Aeroporto Internacional de Guarulhos) – São Paulo (Avenida Paulista, Circuito dos Hotéis) e E-472TRO-000-R, Guarulhos (Aeroporto Internacional de Guarulhos)

– São Paulo (Terminal Rodoviário Barra Funda) via Terminal Rodoviário do Tietê, na seguinte conformidade:

Linha	E-258TRO-000	E-316TRO-000	E-472TRO-000
Tarifa Atual	R\$ 55,05	R\$ 55,05	R\$ 55,05
Período Requerido	Tarifa ser praticada		
1 de maio a 31 de maio de 2023	R\$ 39,90	R\$ 39,90	R\$ 35,00

Artigo 2º - Os descontos decorrentes de que trata o "caput" do Artigo 1º, não podem ser em tempo algum objeto de eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2023, mantidas as demais disposições da Resolução STM-06, de 24 de janeiro de 2020.

POSTO REGIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Despacho do Supervisor, de 30-05-2023

PR-RMSP/TCF/0987/23

Em conformidade com o que dispõe o parágrafo primeiro, artigo 6, da Resolução STM-55 de 04/02/92, determino a publicação do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo, abaixo relacionado, por infração ao Decreto 19.835 de 29/10/82, alterado pelos Decretos 28.478 de 03/06/88, 36.963 de 23/06/93 e 51.396 de 21/12/06, complementados pelos Decretos 41.659 de 25/03/97 e 45.983 de 08/08/01, em seu artigo 28-A - veículo pertencente a empresa registrada que não estiver cadastrado ou com selo de vistoria vencido.

APAV-F	Data da Infração	Placa do Veículo	Proprietário/Conductor
57495-A	26/05/2023	GHY 1490	ESCALA LOCADORA DE VEICULOS LTDA. ME

Despacho do Supervisor, de 30-05-2023

PR-RMSP/TCF/0988/23

Em conformidade com o que dispõe o parágrafo primeiro, artigo 6, da Resolução STM-55 de 04/02/92, determino a publicação do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo, abaixo relacionado, por infração ao Decreto 19.835 de 29/10/82, alterado pelos Decretos 28.478 de 03/06/88, 36.963 de 23/06/93 e 51.396 de 21/12/06, complementados pelos Decretos 41.659 de 25/03/97 e 45.983 de 08/08/01, em seu artigo 28-A - veículo pertencente a empresa registrada que não estiver cadastrado ou com selo de vistoria vencido.

APAV-F	Data da Infração	Placa do Veículo	Proprietário/Conductor
57496-A	26/05/2023	FKW 6C85	ARGUS TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA EPP

Despacho do Supervisor, de 30-05-2023

PR-RMSP/TCF/0989/23

Em conformidade com o que dispõe o parágrafo primeiro, artigo 6, da Resolução STM-55 de 04/02/92, determino a publicação do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo, abaixo relacionado, por infração ao Decreto 19.835 de 29/10/82, alterado pelos Decretos 28.478 de 03/06/88, 36.963 de 23/06/93 e 51.396 de 21/12/06, complementados pelos Decretos 41.659 de 25/03/97 e 45.983 de 08/08/01, em seu artigo 28-A - veículo pertencente a empresa registrada que não estiver cadastrado ou com selo de vistoria vencido.

APAV-F	Data da Infração	Placa do Veículo	Proprietário/Conductor
57495-A	26/05/2023	DTA 2614	ORION TRANSPORTES LT